



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC**  
**CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO CCE**  
**DEPARTAMENTO DE JORNALISMO**

**Ana Luísa Funchal**  
**Patrícia Cim**  
*Caminhos da Educação*

**RELATÓRIO TÉCNICO**  
*do Trabalho de Conclusão de Curso* apresentado à  
disciplina de *Projetos Experimentais*  
**Orientador: Prof. Fernando Crocomo**

**Florianópolis**  
**Julho de 2014**

|                    |  |                                       |  |
|--------------------|--|---------------------------------------|--|
|                    | <b>FICHA DO TCC Trabalho de Conclusão de Curso - JORNALISMO UFSC</b>   |                                       |  |
| <b>ANO</b>         | 2014.1   |                                       |  |
| <b>ALUNO</b>       | Ana Luísa Funchal e Patrícia Cim   |                                       |  |
| <b>TÍTULO</b>      | Caminhos da Educação   |                                       |  |
| <b>ORIENTADORA</b> | Fernando Crocomo   |                                       |  |
| <b>MÍDIA</b>       |  | Impresso                              |  |
|                    | Rádio  | Rádio                                 |  |
|                    | X  | Tv/Vídeo                              |  |
|                    |  | Foto                                  |  |
|                    |  | Web site                              |  |
|                    |  | Multimídia                            |  |
| <b>CATEGORIA</b>   |  | Pesquisa Científica                   |  |
|                    |  | Produto Comunicacional                |  |
|                    |  | Produto Institucional (assessoria)    |  |
|                    | X  | Produto jornalístico (inteiro)        | <b>Local de apuração:</b> Amazonas   |
|                    |  | Reportagem<br>( ) livro<br>reportagem | ( ) Florianópolis    ( x ) Brasil<br>( ) Santa Catarina<br>( ) Internacional<br>( ) Região Sul<br>País: _____. |
| <b>ÁREAS</b>       | Educação, Educação no Campo, Educação a Distância, Amazonas  |                                       |  |
| <b>RESUMO</b>      | <p>O Trabalho de Conclusão de Curso é uma videoreportagem dividida em cinco blocos sobre o desafio e as conquistas da educação no interior do Amazonas. O estado tem um dos piores índices de educação no Brasil, apesar de apresentar uma melhora em relação aos últimos anos. As escolas que estão sendo abertas no interior do estado mudam a relação dos jovens com o meio em que habitam e a cultura tradicional de suas comunidades. O êxodo rural tem sido minimizado com o apoio de organizações que levam capacitação profissional para o interior do estado. O objetivo da reportagem é realizar um to histórico no campo da educação em comunidades isoladas na Amazônia, mostrar como essa transformação está acontecendo a partir da mobilização dos próprios ribeirinhos com organizações governamentais e não governamentais.</p> |                                       |  |

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos, primeiramente aos nossos pais, Cristina Funchal Oliveira, Luiz Angelo Del Papa Oliveira, Margarete Cim e Maurino Cim, por todo amor e esforços dispensados durante todas as etapas da nossa formação. Agradecemos também ao Maurino Cim e ao Luiz Eduardo Funchal Oliveira por terem tornado as viagens de Florianópolis para Manaus possíveis. Aos nossos namorados Richard Smith e André Félix e amigos pela atenção e compreensão durante todo o período de desenvolvimento da reportagem.

Somos gratas a todos os professores e servidores do departamento de jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, principalmente ao nosso orientador Fernando Crocomo pela atenção com que se dedicou ao nosso trabalho. À equipe da TV UFSC, principalmente aos servidores Jonatan dos Santos, Thesta Marques e Andrei Krepsky, por todo a ajuda e respaldo durante a etapa de edição e arte. À colega Giuliane Gava pela ajuda no tratamento de imagens.

Agradecemos à toda equipe do Centro de Mídias da Secretaria de Educação do Amazonas, principalmente, ao Reinier Alex por todo o esforço para nos ajudar na apuração. À professora Therezinha Fraxe do Núcleo de Socioeconomia da Universidade Federal do Amazonas por ter nos colocado em contato com a professora Ana Cristina Lima do Nascimento. À Ana Cristina Lima do Nascimento e sua família por ter nos acolhido na Comunidade de São Francisco no município de Careiro da Várzea, inclusive no Dia das Mães.

À equipe do Instituto de Pesquisas Ecológicas, o IPÊ, representado pelo biólogo Leonardo Kurihara, por ter nos apresentado à tantas pessoas incríveis moradoras de diversas comunidades na região

do Rio Cueiras. À Nathalia Flores da Fundação Amazonas Sustentável, FAS, por toda atenção dispensada ao nosso trabalho e seus esforços para nos fazer chegar à comunidade de Tumbira na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Negro, e também ao Marilson Rodrigo pela “carona” até Tumbira. À Laís Garrido por ter sido uma grande amiga e ter tirado todas as nossas dúvidas sobre a região e ao Roberto Mendonça pela ajuda e as “caronas” para as comunidades próximas à comunidade de Tumbira.

Agradecemos uma a outra pelo companheirismo e amizade não só no desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, mas também durante toda a graduação. Sem o apoio e compreensão mútua este trabalho não seria possível.

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1. RESUMO</b>  | <b>7</b>  |
| <b>2. INTRODUÇÃO</b>                                      | <b>8</b>  |
| <b>2.1 CONTEXTO</b>                                       | <b>9</b>  |
| <b>2.2 APRESENTAÇÃO DO TEMA</b>                           |           |
| 2.2.1 <i>Educação no campo</i>                            | <b>12</b> |
| 2.2.2 <i>Educação Indígena</i>                            | <b>14</b> |
| 2.2.3 <i>Educação a distância</i>                         | <b>16</b> |
| 2.2.4 Atividades sustentáveis                             | <b>17</b> |
| <b>2.3 ESCOLHA DO TEMA</b>                                | <b>19</b> |
| <b>2.4 FORMATO</b>  | <b>26</b> |
| <b>2.5 CONTEÚDO</b>                                       | <b>28</b> |
| <b>3 PRODUÇÃO</b>   | <b>33</b> |
| <b>3.1 PRÉ-PRODUÇÃO</b>                                   |           |
| 3.1.1 Levantamento de fontes e agendamento de entrevistas | <b>33</b> |
| 3.1.2 Preparação para as viagens                          | <b>34</b> |
| 3.1.3 Dificuldades  | <b>35</b> |
| <b>3.2 APURAÇÃO</b>                                       |           |
| 3.2.1 Finalidades de cada viagem                          | <b>36</b> |
| 3.2.2 Apoio   | <b>38</b> |
| 3.2.3 Equipamentos  | <b>38</b> |
| 3.2.4 Dificuldades  | <b>39</b> |
| <b>3.3 PÓS PRODUÇÃO</b>                                   |           |
| 3.3.1 Transcrição das entrevistas                         | <b>41</b> |
| 3.3.2 Roteiro   | <b>41</b> |
| 3.3.3 Confeccção das artes                                | <b>41</b> |
| 3.3.4 Busca por trilha sonora                             | <b>41</b> |
| <b>3.4 EDIÇÃO</b>   |           |

|                         |           |
|-------------------------|-----------|
| 3.4.1 Questões técnicas | 42        |
| 3.4.2 Dificuldade       | 42        |
| <b>4. CUSTOS</b>        | <b>43</b> |
| <b>5. APRENDIZADO</b>   | <b>44</b> |
| <b>6. BIBLIOGRAFIA</b>  | <b>45</b> |
| <b>7. ANEXOS</b>        | <b>49</b> |

## **1. RESUMO**

O Trabalho de Conclusão de Curso é uma videoreportagem dividida em cinco blocos sobre o desafio e as conquistas da educação no interior do Amazonas. O estado tem um dos piores índices de educação no Brasil, apesar de apresentar uma melhora em relação aos últimos anos. As escolas que estão sendo abertas no interior do estado mudam a relação dos jovens com o meio em que habitam e a cultura tradicional de suas comunidades. O êxodo rural tem sido minimizado com o apoio de organizações que levam capacitação profissional para o interior do estado. O objetivo da reportagem é realizar um registro histórico no campo da educação em comunidades isoladas na Amazônia, mostrar como essa transformação está acontecendo a partir da mobilização dos próprios ribeirinhos com organizações governamentais e não governamentais.

## 2. INTRODUÇÃO

As transformações da globalização são um dos componentes do desenvolvimento da Amazônia. Ainda há a compreensão de que esta é uma grande área improdutiva. Outra percepção recorrente é a de que apenas ocupando e desmatando a região amazônica é possível alcançar o desenvolvimento de acordo com os modelos já implementados, principalmente, na região Sul e Sudeste.

Hoje, a Amazônia se oferece ao Brasil como sua grande área de expansão, para a qual inevitavelmente milhões de brasileiros já estão se translando e continuarão a se translandar no futuro. A floresta vem sendo atacada em toda a sua orla e também desde dentro num movimento demográfico poderoso, movido por fatores econômicos e ecológicos. Mais da metade da população original de caboclos da Amazônia já foi desalojada de seus assentos, jogadas nas cidades de Belém e Manaus. Perde-se assim, toda a sabedoria adaptativa milenar que essa população havia aprendido dos índios para viver na floresta. (RIBEIRO, 1992)

A redução das taxas de desmatamento se deve muito mais às políticas ambientais do que a valorização de atividades e cadeias produtivas sustentáveis. Neste cenário, tem-se a educação como instrumento de valores tanto sociais e cívicos, criando a capacidade crítica dos indivíduos, mas também valores ambientais de cuidado com o meio ambiente e os recursos naturais.

A aceitação sem questionamento do modelo de desenvolvimento baseado no consumo desenfreado tem levado o ser humano a adotar atitudes que acabam resultando em diferenças sociais crescentes



e em perdas culturais e biológicas irreparáveis.  
(PÁDUA, 2014)

Toda essa situação tem como pano de fundo o processo de ocupação e os esforços de integração da região amazônica com o resto do Brasil desde a sua colonização com a dizimação dos índios nativos até os processos migratórios da região nordeste para a extração da borracha e a implementação da Zona Franca de Manaus.

## **2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA REGIÃO**

A história das regiões do Baixo Rio Negro e da zona rural de Manaus é marcada por diversas idas e vindas. Ao início da colonização, acredita-se que a região era habitada por milhares de indígenas das etnias Tarumã, Manaós e Baré. O contato com os europeus causou uma baixa na população local com a dizimação e fuga desses indígenas para a porção mais alta do Rio Negro. A população sobrevivente que não saiu do território foi incorporada ao sistema colonial. (IPÊ, 2013)

Século depois, diversos fatores contribuíram para a modificação do cenário da Amazônia. O mais importante deles, a exploração dos seringais e a produção da borracha por volta de 1860, intensificou a ocupação da região por populações não indígenas, principalmente da região Nordeste. Estes seringueiros começam a ocupar a cidade de Manaus com o fim do boom da borracha na década de 10. O segundo boom da borracha viria 30 anos mais tarde, durante a Segunda Guerra Mundial, com um acordo do governo brasileiro com os Estados Unidos (Acordo de Washington).

A partir de 1940, antes do bombardeio a Pearl Harbour, o governo norte-americano aprovou medidas destinadas a adquirir borracha. Em 1940 foi criada a Rubber Reserve Company, com um capital de 140 milhões de dólares, cuja finalidade era a aquisição de borracha. Outra instituição norte-americana, que interviria na América Latina nas áreas gomíferas, ou nas que a seringa poderia se adaptar, foi o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA – United States Department of Agriculture), que planejava estratégias a longo prazo: ampliar a heveicultura. (SECRETO, 2011)

Com o fim do boom da borracha se dá o início da reocupação do interior do Baixo Rio Negro com a migração de famílias caboclas com histórico no extrativismo.

A volta para a cidade de Manaus se deu na década de 60 com o advento da Zona Franca. Assim, como a produção industrial, outra atividade que se intensificou em decorrência deste rápido crescimento urbano foi a exploração madeireira. Mais uma vez, parte dessa população, que migrou do interior para a cidade, retorna para a zona rural com a crise das décadas de 80 e 90, a zona franca em declínio, baixa demanda de mão de obra e desemprego.

De acordo com IPÊ (2013), citando IPÊ (2010) “a partir da década de 80, as famílias da região do baixo Rio Negro, estabelecidas inicialmente em “sítios” e terrenos isolados entre si, conformam-se como comunidades e passam a reivindicar alguns direitos e benefícios junto aos poder público, no que concerne a posse de terra e atendimento à educação e saúde”.

Entre os muitos fatores que dificultam o acesso dessas populações a políticas públicas como educação está o isolamento geográfico. A

educação na Amazônia é historicamente vinculada às iniciativas jesuíticas não somente em aldeias indígenas, mas também com o tempo para caboclos desde o início da colonização portuguesa.

Há cerca de 50 anos, não havia programas que atendessem crianças na região. As mobilizações durante a década de 80 em torno da criança e do adolescente resultaram numa mudança de visão sob a educação básica. Segundo Conselho Estadual de Educação do Amazonas (2003), “a criança deixa de ser vista como objeto de tutela e passa a figurar como sujeito de direitos”. A Constituição de 88 assegurou o direito à educação infantil, mas a implementação do ensino fundamental e médio em comunidades isoladas do Amazonas continua uma meta difícil muito por causa deste isolamento.

No estado do Amazonas se constatou que a maioria dos jovens só completa o ensino fundamental e não segue com os estudos por falta de unidades de ensino onde vivem. Em 2003, das escolas estaduais de Ensino Médio, doze se encontravam na capital, enquanto apenas duas estavam localizadas no interior (AMAZONAS, 2008).

Enquanto isso, o crescimento das cidades e o sistema de globalização têm levado comunidades tradicionais da floresta amazônica a perderem suas identidades culturais como suas línguas maternas, modelos de produção agrícola e os saberes da floresta, levando a uma massificação do conhecimento.

Porém, nos últimos dez anos, o Amazonas vem vivenciando uma melhoria no acesso a educação em comunidades isoladas da floresta. O Trabalho de Conclusão de Curso demonstra como esse acesso vem modificar a relação dos moradores com o meio ambiente e algumas

destas ações representam um avanço possibilitando o resgate da cultura local e a minimização do êxodo rural.

## **2.2 APRESENTAÇÃO DO TEMA**

A reportagem em vídeo leva em consideração três aspectos da educação, além da educação complementar, como forma de aprimorar atividades que geram renda a população.

### **2.2.1 Educação no Campo**

Ao falar de educação no campo ou educação rural não se está identificando apenas as áreas de agricultura e pecuária, mas também de florestas e extrativismo. Segundo o decreto nº 7352 de 2010, entende-se por escola do campo as unidades de ensino situadas em áreas que atendam predominantemente a população do campo.

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:  
I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; (BRASIL, 2010).

A educação nestes locais foi tratada ao longo da história à margem do sistema educacional brasileiro que foi efetivado no país com foco na educação em grandes cidades e sua urbanidade.

[...]a educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional, aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade (LEITE, 1999 p.14).

Diante da maior complexidade do conteúdo a ser ensinado no Ensino Médio, fica explícita a necessidade de professores com maior qualificação. Neste caso, como há poucos profissionais de nível superior nas escolas rurais, este fator acaba por repercutir numa baixa oferta de escolas para o Ensino Médio. A ausência desse sistema escolar efetivo nessas regiões, que conceda ao aluno a oportunidade de completar sua formação até o fim do ensino médio, acaba gerando um êxodo rural.

Manter professores de nível superior em salas de aula é outra dificuldade encontrada na educação no campo. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, o INEP, (2002) demonstram que na região norte apenas 0,8% dos professores atuantes na educação no campo da 1ª a 4ª série possuem o ensino superior completo, contrastando com os 11% atuantes nas regiões urbanas.

As condições de trabalho que o professor encontra na zona rural também são pouco satisfatórias. [...] De qualquer forma, melhorar a qualificação dos docentes que atuam nessas áreas tem como fator limitador a disponibilidade de mão-de-obra qualificada nessas localidades. Formação continuada e melhoria das condições profissionais são tarefas que podem ser fomentadas e implantadas pelo poder público para diminuir a distância entre o meio urbano e o rural (INEP, 2002 p.105 e 106).

Sendo assim, o decreto nº7352 (2010) estabelece que a educação do campo será implantada “mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político-pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo”.

### **2.2.2 Educação Indígena**

Outra preocupação no que tange a educação no interior do estado do Amazonas é o ensino voltado aos aspectos sociais, culturais e econômicos das comunidades indígenas.

Anteriormente, havia uma concepção equivocada sobre a oferta de educação profissional para os povos indígenas, a qual se limitava a habilitar alunos para o mercado de trabalho, sem levar em consideração os conhecimentos próprios do indígena. Após uma reflexão acerca da concepção que vinha sendo adotada, foram feitas mudanças cruciais para que a oferta de ensino levasse em conta a relação entre os trabalhos realizados e aspectos sociais, culturais e econômicos da comunidade indígena e da região, entre atividades e a vocação cultural desta, formando uma construção sociocultural e favorecendo a sistematização dos conhecimentos tradicionais (ALVES, 2011 p19).

Ao longo dos anos, as populações indígenas foram submetidas a um sistema formal de educação no moldes e formato das populações não indígenas, o que ficou estabelecido atualmente como Educação Escolar Indígena e não Educação Indígena. A começar pelas ordens religiosas e o ensinamento jesuítico.

A segunda premissa é admitir a impossibilidade de se definir com nitidez a real política de Educação Indígena colocada atualmente em prática no Brasil. Se ao longo da história do país, ela sempre andou ao lado da religião e das doutrinas humanitárias e positivistas, que nortearam a formulação da política indigenista brasileira, hoje, com as conquistas alcançadas na última Constituição referente aos direitos indígenas, parece haver um jogo de forças contraditórias entre as posições progressistas garantidas na lei e a efetiva consecução desses princípios. Ou seja, verificamos que há uma dificuldade de se compatibilizar as conquistas obtidas na defesa dos direitos humanos e especialmente das minorias étnicas no Brasil, com o ideário positivista que impregna nossa doutrina indigenista. (KAHN; FRANCHETTO, 1994)

A luta dos povos indígenas por uma educação diferenciada já tem alguns anos. Por mais que esteja assegurada na Constituição de 88. Isso equivale a dizer que a maior parte da população indígena não quer só o acesso a escola, mas sim a educação feita e pensada pela e para a sua própria cultura como um processo de socialização e de transmissão de conhecimento próprio e interno de cada cultura indígena.

Reafirmando a necessidade da implementação da escola indígena tem-se em 1996 a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, que estabelece normas para todo o sistema educacional brasileiro desde a Educação Infantil até a Educação Superior. A LDB substitui a Lei nº4024 de 1961 que tratava da educação nacional, e nada dizia sobre a educação indígena. A lei de 96 menciona a educação para povos indígenas em dois momentos: o primeiro sobre o Ensino Fundamental assegurando o uso das línguas maternas e os processos próprios de aprendizagem, reafirmando o que já

estava contido na Constituição de 88, e o segundo sobre o dever do Estado de oferecer uma formação bilíngue e intercultural (BRASIL, 2002).

### **2.2.3 Educação a Distância**

Outro fator que deve se levar em consideração são as dimensões que o Brasil apresenta. Só o Estado do Amazonas possui mais de três milhões e 800 mil pessoas em uma área de cerca de 1,5 milhão de km<sup>2</sup> divididos em municípios e comunidades espalhadas entre mais de mil rios (IBGE, 2010). Desta maneira, o Ministério de Educação tem na educação a distancia, EaD, uma solução viável necessária ao desenvolvimento de um sistema educacional em comunidades que residem em locais isolados.

Quando se fala sobre educação a distancia, a palavra tecnologia é sempre o ponto de partida. Alguns autores consideram como marco a imprensa de Guttemberg no século XV. Modernamente, se considera seu início da EaD com os cursos por correspondência no século XIX, quando a inovação tecnológica era o sistema de correios (BONFIM e HERMIDA, 2006). E assim se seguiram agregando ao sistema de aprendizagem a distancia cada nova tecnologia que incorporasse o conteúdo em busca de uma educação inovadora e de qualidade. São exemplos a rádio, a televisão e a internet. Por isso, quando se fala em EaD, vem-se a cabeça o intenso uso de tecnologia de informação e comunicação como ferramenta de transmissão de conteúdo.

Hoje temos a educação presencial, semi-presencial (parte presencial/parte virtual ou a distância) e educação a distância (ou virtual). A presencial é a



dos cursos regulares, em qualquer nível, onde professores e alunos se encontram sempre num local físico, chamado sala de aula. É o ensino convencional. A semi-presencial acontece em parte na sala de aula e outra parte a distância, através de tecnologias. A educação a distância pode ter ou não momentos presenciais, mas acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas podendo estar juntos através de tecnologias de comunicação (MORAN, 2002).

No Brasil, a EaD tem ênfase a partir da década de 30 com cursos por correspondência como alternativa no ensino profissionalizante na educação. Mas passa a ser conhecida por projetos de ensino supletivo pela televisão, ligados principalmente ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o SENAI, e a Fundação Roberto Marinho, como o conhecido Telecurso 2000 (BONFIM e HERMIDA, 2006). Com o advento da internet, ficou claro que o uso do computador aliado às demais tecnologias de comunicação colabora imensamente para a propagação da EaD.

A Lei n.º 9.394 de 1996 normatizou a Educação a Distância no Brasil e estabeleceu que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada.

#### **2.2.4 Atividades Sustentáveis**

[..]cresce a percepção de que é preciso ir além do que é conceitualmente (ou desejavelmente) sustentável para focalizar o que é comprovadamente sustentado. Ou seja, está na hora de passar do ideal para o substantivo, pois é evidente que as atividades insustentáveis não serão abandonadas por causa de

conceitos bem formulados, nem pela proposição de alternativas que não sejam de fato alternativas.(DRUMMOND, 2003)

Nos últimos anos, a preocupação com a preservação do meio ambiente levou a uma maior rigidez na política ambiental. Assim, houve um excesso do ordenamento estatal através da criação de unidades de conservação (UC), principalmente na região amazônica, que não levou em conta a participação das comunidades nos processos de criação, seja através de consultas públicas, seja através de um fluxo informativo sobre o plano de gestão dessas UCs.

A falta de um diálogo concreto e um trabalho em conjunto com as populações ribeirinhas residentes desses espaços criou incertezas e indefinições que, segundo o Instituto de Pesquisas Ecológicas, IPÊ, 2013, prevalece situações de extremo conflito social e degradação ambiental. Na região do Baixo Rio Negro, essa situação fez com que os próprios ribeirinhos se mobilizassem e criassem parcerias com instituições não governamentais e fundações, no sentido de criar planos estratégicos de manutenção de atividades sustentáveis de acordo com as possibilidades cabíveis em cada categoria de unidade de conservação.

Para que a preservação do meio ambiente seja completa, não adianta levar em consideração somente a Ecologia, pois desde o surgimento, o conceito só leva em conta o equilíbrio entre os ecossistemas, o meio ambiente natural e a relação entre os seres vivos e não vivos.

Aos poucos foi ficando claro que a Ecologia por si só não dá conta de reverter, de impedir ou de minimizar os agravos ambientais, os quais dependem de formação ou mudanças de valores

individuais e sociais que devem expressar-se em ações que levem à transformação da sociedade por meio da educação da população. (PELICIONI; PHILIPPI JR., 2005)

Assim, explica-se a importância do fluxo informativo e da participação social como agente concreto de transformação e educação ambiental em prol de atividades sustentáveis. A educação ambiental deve levar em conta os interesses das classes populares.(PELICIONI; PHILIPPI JR., 2005)

## **2.3 ESCOLHA DO TEMA E JUSTIFICATIVAS**

Em 2004, a Secretaria de Educação do Amazonas, SEDUC/AM, realizou um levantamento de demanda escolar nos 62 municípios do estado constatando que os jovens estudavam somente até a 9ª série do Ensino Fundamental, uma vez que o Ensino Médio na região estava localizado somente nas zonas urbanas. Assim foi criado em 2007 o Centro de Mídias de Educação, que implementou o Ensino Médio via Satélite.

Este sistema de mediação tecnológica é inovador e garante a transmissão de aulas em tempo real para diversas comunidades e municípios do estado contando, inclusive com uma possibilidade de interatividade de alunos e professores presenciais com os professores especialistas e a equipe do estúdio em Manaus. Mesmo assim, a taxa de abandono do Ensino Médio em 2007 que era de 11,2% caiu apenas 1% em 2010.

As experiências de Educação a Distância da região encontram as mesmas dificuldades básicas observadas em outros locais. A diferença está na potencialização que as mesmas recebem em função, principalmente, das dimensões continentais, das dificuldades logísticas e da dificuldade ainda existente com relação ao acesso às modernas tecnologias da informação e da comunicação.

A produção de materiais didáticos – impressos, mídias eletrônicas, software e conteúdos para Internet – adequada para o uso em Educação a Distância é um dos maiores desafios a serem vencidos. Há escassez de profissionais que conheçam as peculiaridades e metodologias de confecção desses materiais, o que torna bastante elevado o custo de produção (AMAZONAS, 2008).

Para que a SEDUC/AM aumentasse em três vezes o número de alunos atendidos pelo Centro de Mídias em três anos, foi fundamental a implementação de tecnologia. Para garantir a interatividade cada sala de aula recebe um computador, impressora, webcam, microfone, telefone, impressora, televisor LCD e acesso à internet.[1]

O grande desafio para a popularização da internet no Amazonas como ferramenta de educação é a sua dimensão geográfica. O estado representa a unidade federativa mais extensa do país e sua área equivale aos territórios da França, Espanha, Suécia e Grécia somados (SIMAS e LIMA, 2013). Outro fator que torna a integração de seu território mais complicado é a predominância do transporte fluvial. Nessas condições, o investimento para a implementação da rede web em um município é muito alto, ficando a cargo de o governo disponibilizar recursos para tais fins.

Segundo um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas, FGV, (2012) sobre Inclusão Digital, no Amazonas cerca de 30% da população possui computador, o que contrasta com os resultados obtidos

no Distrito Federal, 66%, São Paulo, 57%, e Santa Catarina, 54%, que lideram o ranking. A porcentagem de computadores apresentada pelo estado amazonense se depara com outro dado que confirma a exclusão digital, apenas 17% da população possui internet domiciliar. Entre a população que frequenta a escola, o Amazonas fica na posição 23ª do ranking de quem tem acesso à computador e internet.

A Inclusão Digital (ID) representa um canal privilegiado para equalização de oportunidades da nossa desigual sociedade em plena era do conhecimento. Ela é cada vez mais parceira da cidadania e da inclusão social, do apertar do voto das urnas eletrônicas aos cartões eletrônicos da Bolsa-Escola, passando pelo contato inicial do jovem ao computador como passaporte ao primeiro emprego. Entretanto, devido ao tardio reconhecimento da importância do tema no escopo das políticas públicas aliado à escassez de fontes de informação sistemáticas, existem poucos diagnósticos no contexto brasileiro sobre o binômio inclusão/exclusão digital (NERI, 2012).

Este cenário de mudanças inspira uma série de realizações em torno de políticas públicas gerando interesses comerciais que podem diminuir as distancias no estado. Além do investimento na área de tecnologia e de educação por mediação tecnológica, outros investimentos tem melhorado não só o acesso a educação, mas também a capacitação de professores e os níveis de educação. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), indicador do governo federal para medir a qualidade do ensino no país, melhorou no estado do Amazonas. O estado saltou de um índice de 3,1 em 2005 para 4,3 em 2011 para as séries iniciais do Ensino Fundamental, de 2,7 para 3,8 nas séries finais do Fundamental e de 2,4 para 3,5 no Ensino Médio. Por

isso a reportagem em vídeo se justifica como um registro histórico das mudanças no sistema de educação na região do Baixo Rio Negro, região metropolitana e rural de Manaus.

Outro marco histórico que irá contribuir para o desenvolvimento da educação, principalmente no interior da região norte é a aprovação da versão definitiva Plano Nacional da Educação (PNE) pelo Congresso no dia 3 de junho de 2014. A proposta esteve tramitando desde 2010 e prevê a destinação ao setor 10% do Produto Interno Bruto, quase o dobro do que atualmente é destinado. O plano traça metas que devem ser cumpridas pela União, Estados e Municípios desde a creche até o pós graduação.

Estão contemplados no PNE a valorização dos professores com a garantia das condições adequadas de trabalho- tempo para estudo e preparação das aulas, salário digno e carreira de magistério- e a implementação de formas mais flexíveis de organização escolar para a zona rural considerando as especificidades dos alunos e as exigências do meio rural. Para a Educação Básica uma das metas é que em cinco anos todos os professores tenham habilitação específica de nível médio e em dez anos tenham formação superior. Já os professores do Ensino Médio terão meta de que em cinco anos todos tenham diploma de nível superior. (BRASIL, 2014)

Para a Educação a Distância (EaD), o plano visa garantir a integração dos Ministérios de Educação e Cultura, do Trabalho, de Ciência e Tecnologia e das Comunicações para o desenvolvimento da educação a distância no país pela ampliação de infraestrutura tecnológica e pela redução de custos dos serviços de comunicação e informação. A autonomia das escolas indígenas tanto no que se refere ao

projeto pedagógico quanto ao uso de recursos financeiros públicos garantindo a plena participação de cada comunidade nas decisões relativas ao funcionamento da escola está contida na parte do plano indicada para Educação Indígena, assim como a criação da categoria de professores indígenas como carreira específica do magistério com concursos de provas e títulos adequados às particularidades linguísticas e culturais. (BRASIL, 2014)

Outro fato que justifica o tema abordado pelo Trabalho de Conclusão de Curso é a declaração do órgão das Nações Unidas sobre alimentos e agricultura, a Food and Agriculture Organisation of the United States (FAO), de que 2014 é o Ano da Agricultura Familiar, isso porque a grande parte dos ribeirinhos da região envolvida é agricultor e tem como atividade a agricultura de base familiar.

A Agricultura Familiar é um conceito em evolução que possui raízes históricas e passou a ser mais utilizada no Brasil a partir da década de 80 com a organização dos movimentos no campo. Segundo o Relatório Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP da FAO e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2012), no país, a agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos básicos para a população, sendo que 84% dos estabelecimentos rurais são de natureza familiar e de grande importância na Segurança Alimentar e Nutricional.

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam

ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Além do importante papel da agricultura familiar na segurança alimentar, ela também representa um grande aliado na erradicação da fome, na gestão de recursos naturais, na proteção do meio ambiente e no desenvolvimento sustentável.

Assim, a reportagem em vídeo cumpre um dos objetivos do Ano Internacional da Agricultura Familiar: despertar a consciência da sociedade civil para a importância de apoiar a agricultura familiar.

Já a escolha do tema por nós se deu a partir da participação da Ana Luísa Funchal, em 2011, do projeto voluntário o IPP Amazônia- Raízes da Floresta na Reserva de Desenvolvimento Sustentável, RDS Rio Negro. Durante o período trabalhado, teve contato com diversos estudantes da comunidade de Tumbira, e inclusive com o trabalho do Centro de Mídia de Educação do Estado do Amazonas.

O programa de voluntariado foi organizado pela Children International Summer Village, CISV, uma comunidade global de voluntários criada com o intuito de promover a paz através de atividades educativas de diversidade cultural. Essa organização foi fundada após a Segunda Guerra Mundial, em 1951, pela psicóloga Doris Allen que acreditava que a paz era possível através da amizade e a troca cultural e que essa mudança poderia ser conseguida através das crianças. Allen, inclusive, foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz pelo seu projeto no mesmo ano em que a vencedora foi Madre Teresa de Calcutá, em 1979.

[3]

O projeto teve como finalidades o resgate e a valorização da cultura tradicional e o desenvolvimento de novas habilidades de



comunicação. A experiência no Amazonas despertou para uma realidade distorcida e muitas vezes idealizada pelas mídias, que imersas em seus contextos urbanos, tratam os habitantes da Amazônia com excentricidade. Muitos jovens, envolvidos pelo processo de globalização, acabam por valorizar demais as formas culturais exclusivas do eixo Rio-São Paulo, em detrimento da sua própria cultura tradicional da floresta.

Assim, são inúmeras as problemáticas a serem levantadas no contexto da globalização. Uma delas reside no fato da desigualdade de condições econômicas entre as nações conduzir também a uma hegemonia cultural (Joviano, 200?).

Para além da ideia de nações, podemos levar em consideração a hegemonia cultural das regiões mais ricas sobre uma região mais frágil economicamente. Para José Ademir de Oliveira (2006) e Isolda Maciel da Silveira e Daniel Fróis Lopes (1994), a intervenção do governo na região define, orienta e estabelece políticas desenvolvimentistas na Amazônia que visam somente o crescimento econômico, sem ter o foco na natureza e, principalmente, na cultura da floresta.

Com o propósito de retirar a região do “atraso” em que vive, o governo central tem investido maciçamente em programas “desenvolvimentistas”, os quais, de modo geral, não têm produzido os resultados esperados. E esses resultados jamais serão alcançados se as peculiaridades ambientais e culturais da região não forem levadas em conta, como fatores preponderantes que são. (SILVEIRA e LOPES, 1994, p. 40)

Sem dúvidas o fator cultural exerce grande importância no desenvolvimento econômico e social das comunidades do interior do

Amazonas. Entretanto, mais importante é destacar que essas populações devem ter autonomia para construir seu futuro sem imposições quanto à cultura da sociedade urbana ou quanto ao estabelecimento de sua própria cultura, uma vez que este é um fator em constante transformação (COHN, 2001).

Segundo o sertanista Orlando Villas Bôas, que participou junto com seus irmãos Claudio e Leonardo da Expedição Roncador-Xingu e viveram por 40 anos na floresta, é importante que a cultura desses povos seja resguardada. No entanto, eles devem ter autonomia para decidir se querem se integrar a sociedade branca e como o fazer.

Essa pergunta é fatal. E nossa opinião é, mais uma vez, que sem sua cultura o índio desaparece. Mas também ele deve ser o dono da própria sorte e do próprio destino. Ninguém pode proibi-lo de integrar-se à sociedade branca se assim o desejar. Agora por que ele iria se “integrar”? Porque precisa de coisas, de ferramentas, de técnicas que não encontra na aldeia e ele sabe que existem. Então é levar as coisas até lá E não o contrário. Integrar é assinar o fim trágico da sua sociedade (VILLAS BÔAS, 2000, p. 44).

## **2.4 FORMATO**

O Trabalho de Conclusão de Curso está dividido em cinco blocos totalizando 38 minuto e 45 segundos. Como pautas foram abordadas: as estruturas educacionais nas comunidades ribeirinhas; a adaptação dos currículos para as realidades locais; a transformação das comunidades a partir da ampliação do acesso à educação; e a capacitação profissional e práticas agroflorestais e de sociobiodiversidade. O objetivo da

reportagem é realizar um registro histórico no campo da educação em comunidades isoladas na Amazônia, mostrar como essa transformação está acontecendo a partir da mobilização dos próprios ribeirinhos com organizações governamentais e não governamentais e divulgar informações de interesse público. Para cumprir esses objetivos foram feitas entrevistas com professores, alunos, líderes comunitários, técnicos especialistas em educação no campo, indígena e a distância. O acompanhamento do cotidiano dos ribeirinhos foi realizado na região metropolitana de Manaus, do Rio Cuieiras e Baixo Rio Negro. Já o processo de produção das aulas no Centro de Mídias e a articulação das organizações foram feitas na cidade de Manaus.

Existe uma linha tênue entre o documentário e a vídeo reportagem. Atualmente, nos estudos da área de telejornalismo, ao buscar definições para vídeo-reportagem e documentário, tem-se uma polêmica. Pode-se afirmar que a linha divisória entre os dois tipos de produção é tênue e, possivelmente, não haverá, em curto espaço de tempo, um consenso. (OLIVEIRA et RODÃO et BAZI, 2006)

Optou-se pelo formato grande reportagem, porque, segundo Jaspers (1998), o trabalho “concentra a atenção sobre uma situação e trata o assunto em profundidade, abordando várias facetas”. Outro ponto que reforça a escolha pela vídeo-reportagem é o uso da estrutura entrevistas, passagem dos repórteres e offs, elementos clássicos do telejornalismo de acordo com a obra “Documentário e vídeo reportagem: uma contribuição ao ensino de telejornalismo” (2006).



Porém, durante a apuração foram constatadas outras iniciativas para contornar a dificuldade de acesso à educação devido às características geográficas do estado como o sistema de escola anexo e o sistema de professor itinerante. Assim, o primeiro bloco foi modificado do pré-roteiro inicial a fim de abranger outras duas iniciativas.

Na comunidade de São Francisco, município de Careiro da Várzea, região metropolitana de Manaus, existe uma escola municipal que atende até o 9º ano do Fundamental. O Ensino Médio, responsabilidade do Estado, só é oferecido na sede do município distante mais de uma hora de barco da própria comunidade e de outras duas próximas. Para contornar essa situação, as turmas de ensino médio assistem aulas na escola municipal que funciona como um anexo da escola estadual.

Já na zona rural de Manaus, nas comunidades do afluentes do Rio Negro, o Rio Cuieiras, uma das dificuldades é a falta de professores qualificados no Ensino Fundamental. Por isso, o sistema implementado na região é o itinerante em que professores ministram aulas nas suas áreas de atuação durante um período, que compreende toda a carga horária prevista para uma determinada disciplina. Ao final deste período, o professor segue para outra comunidade, e outro professor de outra disciplina chega para dar aulas, criando, assim, um sistema rotativo entre três escolas ribeirinhas.

Por fim, o assunto que já continha na nossa pauta: na comunidade de Tumbira, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro (RDS Rio Negro), o sistema adotado, tanto para os anos finais do Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio, é a

mediação tecnológica produzida pelo Centro de Mídias de Educação da SEDUC/AM.

Assim, constatamos que o fato de uma das participantes já conhecer uma das localidades (RDS Rio Negro) e do nosso desconhecimento das outras realidades acabou influenciando na mudança da nossa primeira pauta para este bloco. Este fato, porém, não foge da normalidade, uma vez que a pauta está em constante construção.

Sendo signo, a notícia integra uma cadeia semiótica que vai do acontecimento e prossegue seu percurso mesmo depois de efetivamente veiculada. A pauta pontua boa parte dessa trajetória, desdobrando-se em várias etapas de produção do noticiário. A atividade de pauta não se esgota na produção propriamente dita, mas dilata-se no decorrer do dia nas transformações que a notícia vai sofrendo dentro das editorias. Desta forma, além de ser mediação entre repórter e ocorrência, ela é um projeto em constante execução no encaminhamento dessa ocorrência rumo à notícia (HENN, 1996).

O mesmo aconteceu também no segundo bloco, que pretendia destacar um contra ponto a essa produção do ensino via satélite: o fato das aulas não levarem em conta a realidade local das comunidades, tanto de caboclos quanto de indígenas. Também pretendia discutir as conquistas e especificidades da escola indígena.

Da mesma forma, esta pauta foi ampliada de maneira agregar não só o ensino mantido pelo governo estadual, como também a massificação dos conteúdos e materiais em todas as esferas do governo. Outros assuntos que foram incluídos neste bloco foram a necessidade de adaptação do calendário escolar em escolas de várzea, em que as variações do nível dos rios entre a seca e cheia afetam a funcionamento

das escolas e o acesso dos estudantes; e as dificuldades de garantir o transporte escolar.

A pauta sobre as especificidades da Educação no Campo foi levantada no início do planejamento da vídeoreportagem para fazer parte do segundo bloco. No entanto, com a quantidade de assuntos abordados se fez necessário a criação de um novo bloco, o terceiro, que tratasse sobre as atividades de práticas agrícolas, as bolsas PIBIC junior e as dificuldades e soluções para a merenda escolar em escolas isoladas.

Em uma pesquisa inicial para a produção do Projeto de TCC, foi encontrado o Programa Nacional de Educação no Campo, o PRONACAMPO, do governo federal. Neste documento constava a educação integral com atividades estruturantes e complementares a formação do estudante, como o Mais Educação Campo, que consiste em práticas complementares de atividades comuns às atividades de uma escola urbana como o acompanhamento pedagógico e iniciação científica, mas também atividades específicas do campo, como agroecologia, educação em Direitos Humanos e história das comunidades tradicionais (BRASIL, 2012).

No entanto, durante a apuração, as únicas atividades específicas para Educação no Campo eram a Prática Agrícola e as bolsas de iniciação científica voltadas para a agroecologia.

Sendo assim, uma das entrevistas que estavam programadas com um dos representantes da Educação no Campo do Ministério da Educação, mesmo feita teve que ser deixada de fora uma vez que durante a apuração ele nos explicou que as ações do governo federal não tinham um viés para o conteúdo, mas somente para a infraestrutura de transporte e merenda.

Mesmo assim, reconhecemos em todas as escolas a importância da valorização da produção agrícola, o que foi ressaltado em entrevistas com Marco Moreira Filho, engenheiro agrônomo e consultor da FAS e a professora do departamento de Agronomia da Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Jozane Lima Santiago.

O quarto bloco tem como pauta a formação de professores e os desafios da profissão. Assim, foram realizadas entrevistas com diretores e professores de escolas ribeirinhas, professores da UFAM responsáveis por cursos de formação específica e a distancia. Infelizmente, não foi possível o contato com um aluno da Universidade Aberta do Brasil devido a distância de Manaus para um dos pólos de licenciatura a distância.

Já o último bloco surgiu da ideia de mostrar as ações de ensino complementar: as possibilidades sejam através de um ensino profissionalizante ou através do desenvolvimento de atividades sustentáveis com a realização de cursos de capacitação. Assim, apresenta-se o Samaúma I e II, os barcos escola do SENAI, balsas todas equipadas que vão até as comunidades com a oferta de cursos profissionalizantes. A princípio esta pauta incluía não só a entrevista com o responsável pelo barco, mas também pretendia mostrar o funcionamento dos barcos. Infelizmente, a segunda proposta não foi possível, pois o Samaúma I estava funcionando no estado do Acre e o Samaúma II, que havia sido inaugurado em fevereiro, ainda estava em fase de finalização e não tinha atividades previstas até o momento de apuração. Para tanto, conseguimos com a aprovação do SENAI, imagens de arquivo do barco em funcionamento para cobrir a pauta.



Outra pauta prevista para este bloco foram as capacitações para atividades sustentáveis. Essas atividades são iniciativas de organizações não governamentais, como é o caso da Fundação Amazonas Sustentável, FAS, e o Instituto de Pesquisas Ecológicas, IPE. Assim, finalizamos a videoreportagem abordando o desenvolvimento de atividades sustentáveis como forma de renda e manutenção da cultura local.

### **3.PRODUÇÃO**

#### **3.1 PRÉ-PRODUÇÃO**

O contato com as fontes teve início durante a elaboração do Projeto na disciplina de Técnicas de Projeto em Comunicação, mas se intensificou, principalmente, entre os meses de fevereiro e abril de 2014, com o planejamento das viagens.

Foram realizadas duas viagens para o Amazonas, o que foi crucial para nos introduzir no tema e na realidade local, principalmente em relação ao deslocamento por rio e suas dificuldades e também como forma de começarmos a elaborar os assuntos de cada bloco da videoreportagem.

##### **3.1.1 Levantamento de fontes e agendamento de entrevistas**

O levantamento de fontes foi feito através de pesquisas na internet e por indicação de conhecidos e fontes. No início os contatos eram realizados por e-mail com uma breve apresentação do trabalho no corpo da mensagem. Com o tempo, notamos que o agendamento de entrevistas se dava melhor através de ligações telefônicas ou pelo envio de cartas de apresentação assinadas pelo nosso professor orientador

(ANEXO 1) e por ofícios (ANEXO 2), o que dava mais credibilidade para o trabalho.

Já as entrevistas com as fontes nas comunidades só foi possível com o apoio de três organizações: a Universidade Federal do Amazonas por meio da professora Therezinha Fraxe do departamento de Agronomia, o Instituto de Pesquisas Ecológicas, IPE, por meio do biólogo Leonardo Kurihara, e a Fundação Amazonas Sustentável, FAS, por meio da pedagoga Nathalia Flores.

### **3.1.2 Preparação para as viagens**

Para a primeira viagem foram elaborados termos de autorização de uso de imagem tanto para maiores de idade, quanto para menores, baseados em um documento que havíamos utilizado em disciplinas do departamento de jornalismo e também em modelos encontrados na internet (ANEXOS 3 e 4).

Como nenhuma das estudantes havia realizado estágios ou atividades extracurriculares em telejornalismo e não tinham muita familiaridade com os equipamentos adquiridos, aprender a usa-los foi parte fundamental na preparação das viagens. Para isso, foram feitas pesquisas em manuais, revistas de fotografia e filmagem e tutoriais na internet com dicas sobre como regular a câmera e adequar o áudio. Outras orientações que recebemos foram do professor Fernando Crocomo, os servidores técnicos administrativos Carlos Henrique Guiao Coelho do departamento de jornalismo e Jonatan dos Santos da TV UFSC. Os equipamentos utilizados foram adquiridos pelas alunas e emprestados do curso de jornalismo e do professor Fernando Crocomo.

Outra preocupação que tivemos foi em relação as vacinas e repelentes como forma de precaução à doenças tropicais e a compra de redes e telas mosquiteiros para algumas estadias, caso não houvessem quartos e camas para hospedagem.

### **3.1.3 Dificuldades**

A maior dificuldade durante o período de pré produção foi entrar em contato com as fontes. Muitas delas não respondiam aos e-mails e não atendiam aos telefonemas por estarem ocupadas. No caso da Fundação Amazonas Sustentável o primeiro contato foi feito com no dia 22 de outubro de 2013 com o coordenador de marketing. Durante seis meses foram repassados quatro contatos da instituição até que em abril de 2014 chegamos ao contato da pedagoga Nathalia Flores, quem proporcionou a ida para a comunidade de Tumbira na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Negro e a ajuda com a parte burocrática para a autorização de entrada na RDS, outra dificuldade que encontramos, pois só descobrimos a necessidade desses documentos um mês antes da viagem e a resposta para a autorização só sairia enquanto já tivéssemos no Amazonas (ANEXO 5).

Algumas fontes também se recusaram a nos dar entrevista ou pararam de entrar em contato. Uma das fontes, o Serviço e cooperação com o povo Yanomami, SECOYA, não se sentiu confortável em nos dar entrevista por já terem tido problemas com jornalistas anteriormente e propôs uma terceira ida à Manaus para que pensasse melhor se nos concederia a entrevista, o que inviabilizou a realização desse encontro devido ao alto custo que representa uma viagem extra ao Amazonas. Em outro caso, a Fundação Vitória Amazônica, FVA, parou de responder e-

mails e passou um telefone errado para contato. Nos dois casos, foi deliberada entre as graduandas a necessidade de continuar insistindo nesses dois contatos e chegamos a conclusão que seria melhor procurar outras fontes.

### **3.2 APURAÇÃO**

#### **3.2.1 Finalidade de cada viagem**

Ocorreram duas viagens para captação de imagens para a Grande Reportagem. A primeira, de 18 a 26 de fevereiro, se concentrou na capital Manaus e serviu para nos introduzir na realidade do sistema de educação pública do Amazonas. Na ocasião foram realizadas entrevistas com a coordenadora do curso de Licenciatura e Políticas Educacionais Indígenas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), professora Ivani Ferreira de Faria. Por meio dela conseguimos entrar em contato com o Maximiliano Correa Menezes, coordenador da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e formado na primeira turma de Licenciatura Indígena. Também foi realizada a visita ao Centro de Mídias da Secretaria Estadual de Educação SEDUC/AM, onde foram realizadas mais quatro entrevistas: com o assessor da coordenação do Centro de Mídias, Ricardo de Souza Vieira; com a Coordenadora Pedagógica do CM, Maria do Socorro Barros Gomes; com o professor de matemática Alexandre dos Santos; e com o técnico José Ribamar Alves Xavier. Ainda foi realizada entrevista com o gerente do Centro de Ações Móveis e Comunitárias do Senai, Teodório Ferreira Filho. Também aproveitamos a ocasião para gravarmos imagens da comunidade indígena Tupé, da aldeia Dessana.

Haviam também outras três entrevistas programadas que acabaram não dando certo, uma com a professora Therezinha Fraxe coordenadora do Núcleo de Socioeconomia (NUSEC) da Faculdade de Ciências Agrárias da UFAM, que não encontramos na Universidade; e com as organizações Secoya e a Fundação Vitória Amazônia, que não demonstraram interesse em nos conceder entrevista.

A primeira viagem funcionou como introdutória para conhecermos a realidade. Viajamos apenas com um pré roteiro e uma lista de perguntas para os entrevistados. Também ficou claro que a dificuldade de contato com as fontes, devido a distância e do depender do telefone, é minimizada presencialmente porque uma fonte acaba levando a outra e facilitando esse processo. Na volta quando tudo isso foi organizado, conseguimos ter mais clareza do aspecto final da reportagem e podemos nos preparar melhor para a segunda viagem.

Voltamos ao Amazonas no dia 8 e retornamos no dia 22 de maio. Foi nesta viagem que tivemos como base as três localidades do estado do Amazonas: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Negro, as comunidades do afluente Rio Cueiras e o município de Careiro da Várzea. Na ocasião foram feitas 40 entrevistas, entre professores, diretores, alunos, ribeirinhos, agricultores, e especialistas. Diferentemente da primeira viagem em que ficamos estritamente em Manaus, dessa vez usamos a capital como base e ficamos mais tempo no interior, com o apoio das organizações.

Uma terceira viagem estava marcada para Brasília no dia 29 de maio, mas como o coordenador geral de Políticas de Educação no Campo, Edson Anhaia, viria a Florianópolis no dia 9 de junho, a viagem foi cancelada.

### **3.2.2 Apoio**

Infelizmente não conseguimos apoio junto a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis para as passagens e tivemos que cobrir tudo com recursos próprios. Tivemos sucesso, no entanto, com o apoio das fundações e organizações. A professora Therezinha Fraxe, por meio do NUSEC/UFAM nos colocou em contato com a professora Ana Cristina Lima do Nascimento da comunidade São Francisco no Careiro da Várzea, que nos recebeu em sua casa durante três dias nos proporcionando estadia e alimentação. O IPÊ aproveitou a saída de campo do seu Projeto Eco Polos de sociobiodiversidade para nos levar a conhecer as comunidades que participam do projeto no Rio Cuieiras. Desta maneira nos forneceu estadia no barco de base do instituto, o Mayra III, e alimentação e transporte durante três dias. Já a FAS também contribuiu com transporte e alojamento durante outros três dias na RDS Rio Negro, comunidade de Tumbira.

O Centro de Mídias também havia oferecido o transporte a partir de Manaus para acompanharmos a instalação do kit tecnológico em uma comunidade, mas por razão de um adiamento da viagem, não foi possível acompanhamento desse processo.

Todos os apoios não tiveram fins lucrativos de nenhuma parte. No entanto, como forma de agradecimento, todas as logs estão divulgadas como forma de apoio ao final da reportagem.

### **3.2.3 Equipamentos**

Para a realização da grande reportagem estão sendo usados dois notebooks, dois HDs externos, duas câmeras fotográficas Cannon 70D, duas lentes 18-135mm, uma lente 50 mm, dois tripés, dois microfones

lapela, um microfone direcional, três cartões de memória (32GB, 16GB e 8GB), gravador digital de som, quatro baterias e uma lâmpada halógena 1000 KW. A maioria dos equipamentos foi adquirida pelas próprias graduandas e alguns deles foram emprestados do departamento de jornalismo da universidade.

É importante salientar que pela realidade do interior da Amazônia, em que nem todas as comunidades dispunham de energia elétrica 24h, sendo geralmente fornecida por gerador que funciona por períodos determinados, tivemos muitas vezes que revezar os equipamentos e baterias, além de levarmos uma extensão para conseguir carregarmos todos os equipamentos simultaneamente. Como passávamos o dia inteiro em campo gravando, no horário de retorno para o alojamento, utilizávamos o tempo para recarregar as baterias, descarregar os cartões de memória e fazer backup nos HD's.

### **3.2.4 Dificuldades**

Durante a primeira viagem para Manaus enfrentamos muita dificuldade no deslocamento intermunicipal. Com apenas uma semana de viagem e o trânsito pesado da cidade se tornou difícil marcar mais de duas entrevistas por dia.

Já a segunda viagem a campo estava programada para acontecer na última semana de Abril, no entanto no dia 2 de abril ocorreu um incêndio nos estúdios do Centro de Mídias de Manaus que acabou por suspender as aulas em todas as escolas estaduais que participam deste sistema. Por isso a viagem foi adiada para o começo de Maio, quando as aulas voltaram a ser transmitidas. Esse adiantamento acabou por atrasar as atividades de pós produção.

Os preços para o deslocamento e a duração das viagens foram um dos fatores que mais dificultaram durante a apuração nas comunidades. Assim, outro problema que enfrentamos foi em relação a parte de educação indígena. Havíamos planejado uma viagem para o município de Barcelos, no médio Rio Negro, onde aconteceu um Seminário de Educação Indígena organizado pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, FOIRN. Lá encontraríamos representantes da instituição, conheceríamos professores e escolas indígenas. Porém, dois dias antes da viagem para o Amazonas, a única empresa aérea que fazia o trecho Manaus-Barcelos com duração de 1 hora de voo, suspendeu as atividades naquele município. Como a única saída para chegar a esta cidade era por via fluvial e a viagem de barco ocorre apenas duas vezes na semana, tem duração de 23 horas cada trecho e já tínhamos outras entrevistas marcadas durante a semana, não foi possível participar do seminário. No entanto, tivemos a oportunidade de encontrar Marivelton Rodrigues Barroso, representante da FOIRN, na cidade de Manaus e de conhecer uma comunidade indígena na saída de campo do IPÊ.

No último dia de entrevistas, quando encontraríamos a Nathalia Flores, representante da FAS, tivemos um problema com o cartão de memória da câmera que parou de funcionar. Como neste dia, a Patrícia Cim já havia ido embora com os dois outros cartões de memória reservas, não tivemos como realizar a entrevista, que foi posteriormente gravada pela própria Nathalia com uma câmera da fundação. O estrago desse cartão também levou a perda de uma entrevista com um aluno PIBIC junior na comunidade de Tumbira, entre outras imagens de cobertura.



### **3.3 PÓS PRODUÇÃO**

#### **3.3.1 Transcrição das entrevistas**

Para a elaboração do roteiro foram transcritas todas as 55 entrevistas realizadas. A maioria dessas transcrições não foram feitas durante a viagem, porque passávamos o dia inteiro gravando e não eram todas as localidades visitadas que recebiam o fornecimento de energia durante todo o dia. Por isso, nos momentos em que havia energia elétrica estabelecemos a prioridade de carregar baterias e descarregar os cartões de memória para o dia seguinte. Esse fator acabou atrasando a produção do roteiro, que estava prevista para logo após o retorno da última viagem ao Amazonas.

Algumas entrevistas não foram utilizadas na videoreportagem, mas serviram como base para um melhor entendimento sobre a realidade local.

#### **3.3.2 Roteiro**

O roteiro foi discutido em conjunto com o professor orientador durante três semanas. A princípio tivemos dificuldade de selecionar as entrevistas, uma vez eram muitas. Mas com o tempo fomos editando o conteúdo de forma a torna-lo mais adequado ao formato Reportagem em Vídeo com a utilização de offs, passagens e entrevistas (ANEXO 6).

#### **3.3.3 Confeção das artes**

As artes dos mapas e da exemplificação do funcionamento das antenas bidirecionais, no primeiro bloco, foram confeccionadas pelo servidor Andrei Krepsky da TV UFSC. Já os Geradores de Caracteres, GCs, foram feitos pelo servidor Thesta Marques, também da TV UFSC.

#### **3.3.4 Busca por trilha sonora**

Para nós era prioridade que a trilha sonora fosse ou de domínio público ou autorizada para o uso no documentário. Como a reportagem era muito carregada de informação, optamos por músicas instrumentais e que remetessem a cultura tradicional.

Apesar de não ser da região norte, optamos pela trilha da banda Pife na Manga de Florianópolis que usa pífanos e instrumentos de percussão. A banda nos concedeu a autorização para a utilização das músicas sem trocas comerciais. A autoria da trilha utilizada está creditada para a banda ao final da reportagem.

### **3.4 EDIÇÃO**

#### **3.4.1 Questões técnicas**

A edição aconteceu durante as duas últimas semanas do trabalho. Tínhamos em mãos um material bruto somado de mais de 400 GB. Foram utilizados os softwares Adobe Premiere CS5 e CS 5.5 e dois notebooks e um computador da TV UFSC.

Recebemos orientações de toda a equipe da TV UFSC durante a edição, que nos ajudou nas questões técnicas em que não tínhamos domínio. Alguns áudios foram tratados também pelo servidor Thesta Marques, mas em alguns casos não houve meios de recuperá-los. Outra orientação que recebemos foi da estudante Giuliane Gava nas questões de tratamento de imagens em entrevistas em que as cores ficaram chapadas e as imagens pixeladas devida utilização de ISOs altos.

#### **3.4.2 Dificuldades**

A maior dificuldade que tivemos durante a edição foi em relação aos equipamentos utilizados. Começamos um projeto do Premiere em um Macbook. Depois tentamos dividir o trabalho entre dois computadores, um Mac e um sistema Windows, a fim de otimizar o

trabalho. No entanto o projeto aberto no primeiro computador não era compatível com o segundo. Durante alguns dias tivemos que editar juntas a reportagem em um único notebook, até que, com ajuda da equipe da TV UFSC, descobrimos o problema.

O projeto aberto no Macbook importava arquivos com o codec do QuickTime, enquanto o projeto do notebook com Windows abria com o Media Player. O problema foi solucionado com a instalação do codec QuickTime.

#### 4. CUSTOS

O custo para execução do projeto é de R\$9906,00. Os valores foram estipulados com base na tabela abaixo:

| CATEGORIA        | DESCRIÇÃO   | VALOR<br>ESTIMADO  |
|------------------|---|--|
| Passagens aéreas | 2 passagens<br>Florianópolis-Manaus<br>(fevereiro) + 2<br>passagens | R\$8168,00<br>(passagens aéreas)<br>+<br>R\$600,00 (passagens<br>fluviais) |
|                  | Florianópolis-Manaus<br>(abril) + transporte de<br>barco            |  |
|                  |   |  |
|                  |   |  |
|                  |   |  |
| Hospedagem       | 10 dias em Manaus +<br>15 dias nas<br>comunidades                   | R\$538,00  |

---

|              |  |           |
|--------------|--|-----------|
| Alimentação  | 10 dias em Manaus +<br>15 em comunidades | R\$400,00 |
| Deslocamento | Táxi                                     | R\$200,00 |

---

## 5. APRENDIZADO

O trabalho de mais de seis meses de produção, apuração, edição e pós produção nos ensinou muito sobre as etapas envolvidas no telejornalismo. Assim, consideramos que fechamos o ciclo da graduação com um entendimento bom sobre o modo de fazer reportagem em vídeo, segmento do jornalismo que ainda não tínhamos tido um contato aprofundado.

Durante a produção, ficou clara a importância de se preparar antes do contato com a fonte através de explicações objetivas do tema proposto, uma vez que com a correria do dia a dia, os entrevistados não tem tempo para ler e-mails longos. A busca por mais de uma possibilidade de fonte também foi um ponto importante no aprendizado.

Durante a apuração, como não tivemos muito tempo, se fez necessário ter objetividade nas perguntas. Uma fonte pode levantar muitos assuntos interessantes, mas ao mesmo tempo uma entrevista longa pode levar o repórter a perder o foco do assunto trabalhado e dificultar na hora da produção do roteiro. A preparação para as viagens foi imprescindível, principalmente num contexto tão diferente do nosso cotidiano. Um exemplo disto foi a nossa preparação para uma realidade em que não havia energia elétrica durante todo o dia e o transporte era todo realizado por meio de barcos e lanchas.

A elaboração do roteiro foi fundamental para a próxima etapa: a edição. Nesse aspecto a orientação do professor Fernando Crocomo se fez mais do que necessária.

Com a ajuda da equipe da TV UFSC voltamos a utilizar o software de edição de vídeo Premiere, programa que só havíamos utilizado na primeira e segunda fase do curso. Com o trabalho de edição agora somos capazes de criar vídeo, fazer pequenos tratamentos de imagens e som, elaborar transições de vídeos, entre outros.

## **6. BIBLIOGRAFIA**

ALVES, Antônia Marinês Goes. Diversidade Educacional Etnocultural: processo de discussão e implantação do ensino técnico de nível médio na modalidade PROEJA Indígena na Comunidade Indígena Ticuna Umariáçu-Tabatinga-AM. <<http://www.ibcperu.org/doc/isis/15545.pdf#page=97>> Acesso em 14 de out. 2013.

AMAZONAS. **Plano Estadual de Educação do Amazonas**, de 20 de maio de 2008.

BRASIL. **As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena**. Ministério da Educação. Brasília, 2002.

BRASIL. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a Educação à Distância.

BRASIL. **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006, que dispõe sobre a Segurança Alimentar e Nutricional.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Congresso Nacional. Brasília, 2014

BRASIL. **Programa Nacional de Educação no Campo**. Ministério da Educação. Brasília, 2012

CENTRO DE MÍDIAS DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS. **Sobre o Centro de Mídias.** Disponível em <[http://www.centrodemidias.am.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=49&Itemid=77](http://www.centrodemidias.am.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=77)> Acesso em: 13 de out. de 2013.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA; FOOD AND AGRICULTURE ORGANISATION OF THE UNITED NATIONS. **Relatório Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP.** Disponível em: <[http://www.fao.org/fsnforum/cplp/sites/cplp/files/files/CPLP\\_final\\_report\\_PORT.pdf](http://www.fao.org/fsnforum/cplp/sites/cplp/files/files/CPLP_final_report_PORT.pdf)> Acesso em: 08 de jun. de 2014

COHN, Clarice. **Culturas em transformação: os índios e a civilização.** São Paulo Perspec. vol.15 no.2 São Paulo Apr./June 2001

DRUMMOND, José Augusto. Novos Estudos sobre a Sustentabilidade da Exploração de Recursos Naturais Brasileiros: aspectos produtivos, ambientais e sociais. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v18n1-2/v18n1a18.pdf>> Acesso em 07 de jun. de 2014.

HENN, Ronaldo Cesar. **Pauta e Notícia.** Editora ULBR. Canoas, 1996.

HERMIDA, J. F. e BONFIM, C. R. S, **A Educação à Distância: História, Concepção e Perspectivas.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.166–181, ago 2006.

IBGE. **Perfil dos estados: Amazonas.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=am>> Acesso em 12 de out. 2013.

INEP. **Estatística dos professores no Brasil.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.83, n. 203/204/205, jan-dezembro de 2002. Disponível em <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/474/487>> Acesso em 14 de out. de 2013.

IPÊ. **Relatório do Diagnóstico: Subsídios para Oficina de Definição de Estratégias de Fortalecimento de Cadeias Produtivas Sustentáveis.** 2013

JESPER, Jean-Jacques. **Jornalismo televisivo**. Coimbra: Minerva, 1998.

JOVIANO, Lúcia Helena da Silva. **Educação e Diversidade Cultural**. Disponível em: <  
<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/EDU/edu0702.htm>> Acesso em 23 de out. 2013

JUNIOR, Arlindo Philippi; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação Ambiental e Sustentabilidade. **Bases Políticas, Conceituais, Filosóficas e Ideológicas da Educação Ambiental**. Editora Manole. São Paulo, 2005.

KAHN, Marina e FRANCHETTO, Bruna. **Educação Indígena no país: conquistas e desafios**. Disponível em: <  
<http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/941/846>> Acesso em 07 de junho 2014

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

MEDEIROS, M. Amazonas inicia projeto Cidade Digital. Disponível em <<http://www.guiadascidadesdigitais.com.br/site/pagina/amazonas-inicia-projeto-cidade-digital>> Acesso em 12 de out. de 2013.

MORAN, J. M. **Novos caminhos do ensino a distância**. Informe CEAD - Centro de Educação a Distância. SENAI, Rio de Janeiro, ano 1, n.5, out-dezembro de 1994, atualizado em 2002.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa e CANDAU, Vera Maria. **Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a11.pdf>> Acesso em 23 de out. de 2013.

NERI, Marcelo Côrtes (coord.). **Mapa da inclusão digital**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2012, p.6. Disponível em <  
[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/bf\\_bancos/e0002091.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/bf_bancos/e0002091.pdf)>. Acesso em 13 out. 2013.

OLIVEIRA, Ana Paula Silva; ROLDÃO, Ivete Cardozo do Carmo; BAZI, Rogério Eduardo Rodrigues. Documentário e vídeo reportagem:

uma contribuição ao ensino de telejornalismo. In: CARVALHO, Juliano Maurício (org.) **9º Fórum Nacional de Professores de Jornalismo**. 2006. Disponível em <<http://www.fnpi.org.br/dados/grupos/documentario-e-video-reportagem-uma-contribuicao-ao-ensino-de-telejornalismo%5B75%5D.pdf>>. Acesso em 19 de novembro de 2013.

PÁDUA, Suzana. A importância da Educação Ambiental na Proteção da Biodiversidade do Brasil. Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista-textos-do-brasil/portugues/revista9-mat7.pdf>> Acesso em: 07 de jun. de 2014

RIBEIRO, Darcy. **O Povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. Companhia das Letras. São Paulo, 1995.

SILVEIRA, Isolda Maciel e LOPES, Daniel Fróis. O Homem na Amazônia: Aspectos Sócio-Político-Econômico-Culturais. In: IBAMA. **Amazônia: Uma Proposta Interdisciplinar de Educação Ambiental**. Brasília, 1994.

SIMAS, D. C. S. e LIMA, J. S. **Desafios da inclusão digital no interior do Amazonas e a internet como ferramenta de redução das desigualdades sociais e sociais**. 2º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede, Santa Maria, junho de 2013. Disponível em <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2013/6-9.pdf>> Acesso em 13 de out. de 2013.

SECRETO, María Verónica. “**Mais Borracha Para A Vitória. Campanha de recrutamento de trabalhadores e fracasso social na exploração de borracha durante o governo Vargas**”. Estudios Rurales. Publicación de Centro de Estudios de La Argentina Rural. Bernal, Vol. 1 N° 1, 2011.

VILLAS BÔAS, Orlando. A selva, o índio e o humor de Orlando Villas Bôas. In: CARUSO, Mariléa e Raimundo (org). **Amazônia, a valsa da galáxia: O abc da grande planície**. Editora da UFSC, Florianópolis, 2000.



## 7. ANEXOS

### ANEXO 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

Trabalho de Conclusão de Curso Educação do Rio Negro

#### CARTA DE APRESENTAÇÃO

Encaminho as estudantes Ana Luisa Funchal e Patrícia Cibele Cim, regularmente matriculadas no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) portadoras da cédula de identidade R.G. 466927563 e 4537078, residentes à Lauro Linhares, 1288 e Douglas Seabra Levier, 163, fone 48 96267771 e 48 99256846. Solicitamos a concessão para a realização da pesquisa de campo e captação de imagens necessárias para o desenvolvimento do seu projeto de pesquisa que tem como título: *Educação do Rio Negro, sob minha orientação*, a ser apresentado no primeiro semestre de 2014. Esclarecemos que a reportagem, bem como as imagens e entrevistas captadas, não serão utilizadas para fins comerciais, sendo somente de interesse das estudantes para fins educativos e acadêmicos.

Colocamo-nos à disposição de V. S<sup>a</sup> para quaisquer esclarecimentos.  
Atenciosamente,

Florianópolis, 16 de Abril de 2014.



Fernando Crocimo  
Professor Orientador

## ANEXO 2



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**

**Ofício 01/2014**

**Florianópolis, 09 de abril de 2014**

**Para:** Nathalia Flores  
**Fundação Amazonas Sustentável**

**De:** Ana Luísa Funchal  
e Patrícia Cim  
**UFSC**

Prezada Nathalia,

O Trabalho de Conclusão de Curso “Educação em comunidades ribeirinhas do Amazonas” é uma reportagem em vídeo das alunas Ana Luísa Funchal e Patrícia Cim, orientado pelo professor Fernando Crocomo, do departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. A reportagem é dividida em quatro blocos que tratarão o sistema de educação a distância implementado nas escolas do Amazonas pelo Centro de Mídias, a adaptação de currículos e atividades ligadas à agrofloresta, transformação da comunidade através da educação e a capacitação para atividades sustentáveis na floresta.

O nosso intuito é acompanhar o dia a dia da escola e realizar entrevistas com alunos e professores sobre esse sistema. Como a importância da educação via satélite; as transformações que esta tecnologia trouxe para a comunidade; como se dá a capacitação dos professores e as capacitações que a FAS promove para a promoção de atividades sustentáveis. Outra demanda seria um depoimento do coordenador da FAS sobre essas atividades de capacitação.

Estivemos em Manaus em fevereiro, quando tentamos agendar uma reunião com a coordenadora geral do Programa Bolsa Floresta, Valcléia Solidade, para explicarmos melhor sobre o nosso trabalho, mas devido ao início do ano letivo e a demanda de trabalho na FAS não foi possível. Na ocasião realizamos entrevistas e reuniões em algumas entidades como o Centro de Mídias e a Universidade Federal do Amazonas. Nossa próxima ida ao Amazonas será no fim deste mês, dia 27 de abril ao 7 de maio. Essa será a nossa última saída de gravação, por isso é muito importante que possamos organizá-la, já que em maio entraremos em fase de pós produção e edição da reportagem.

A nossa ideia seria passar quatro ou cinco dias em pelo menos uma comunidade ribeirinha em que sejam transmitidas as aulas do Centro de Mídias e onde a FAS faça ou já tenha feito alguma capacitação para atividades sustentáveis. Nessas comunidades também precisaríamos de uma indicação para acomodação e, se possível, alguma forma de apoio em troca de divulgação da fundação no vídeo e nos materiais produzidos sobre a reportagem. Como uma das integrantes do TCC, Ana Luísa Funchal, já esteve com o CISV no IPP Amazônia na RDS Rio Negro, uma sugestão seria a comunidade de Tumbira, uma vez que já tivemos contato com a diretora da Escola Estadual Thomas Eugene Lovejoy, Inês Garrido.

Atenciosamente,



**Ana Luísa Funchal**



**Patrícia Cim**

**Fernando Crocomo**  
**Diretor TV UFSC**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, SEM FINS  
COMERCIAIS- MENORES DE IDADE**

\_\_\_\_\_, (nome completo),  
representado \_\_\_\_\_ (nacionalidade), menor de idade, neste ato devidamente  
por seu \_\_\_\_\_ (sua) \_\_\_\_\_ (responsável legal),  
\_\_\_\_\_, (nome completo),  
do RG nº \_\_\_\_\_ (nacionalidade), \_\_\_\_\_ (estado civil), portador  
nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_,  
residente à Av/Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_  
/Amazonas. AUTORIZO o uso da imagem do  
menor supracitado em todo e qualquer material entre imagens de vídeo e fotos, a ser  
utilizado no Trabalho de Conclusão de Curso das estudantes de jornalismo da  
Universidade Federal de Santa Catarina, Ana Luisa Funchal e Oliveira e Patricia Cibele  
Cim, brasileiras, solteiras, portadoras das cédulas de identidade RG nº 466927563 e  
4537078 respectivamente, e CPF 38304397846 e 07685562952, respectivamente.

Têm entre si justo e acertado as seguintes condições:

- 1) O Sr. (a) \_\_\_\_\_  
AUTORIZA, expressamente a utilização da imagem do menor supracitado para fins  
acadêmicos, no Trabalho de Conclusão de Curso das estudantes de jornalismo da  
Universidade Federal de Santa Catarina supracitadas, enfatizando que este uso não tem  
fins lucrativos.
- 2) Pela presente permissão de uso, conforme discriminado nas condições acima  
referidas, o Sr. (a) \_\_\_\_\_  
não receberá valores em dinheiro ou qualquer tipo de contrapartida financeira
- 3) A presente autorização de uso abrange, exclusivamente, a concessão de uso da  
imagem para os fins aqui estabelecidos, pelo que qualquer outra forma de utilização  
e/ou reprodução, deverá ser previamente autorizada para tanto.

(Local/Data) \_\_\_\_\_

Assinatura do Sr.(a):

\_\_\_\_\_

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, SEM FINS  
COMERCIAIS**

Neste ato, \_\_\_\_\_, nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, portador da Cédula de identidade RG nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, residente à \_\_\_\_\_ Av/Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_/Amazonas. AUTORIZO o uso da minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo e fotos, a ser utilizado no Trabalho de Conclusão de Curso das estudantes de jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, Ana Luisa Funchal e Oliveira e Patricia Cibele Cim, brasileiras, solteiras, portadoras das cédulas de identidade RG nº 466927563 e 4537078 respectivamente, e CPF 38304397846 e 07685562952, respectivamente.

Têm entre si justo e acertado as seguintes condições:

- 1) O Sr. (a) \_\_\_\_\_ AUTORIZA, expressamente a utilização de sua imagem para fins acadêmicos, no Trabalho de Conclusão de Curso das estudantes de jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina supracitadas, enfatizando que este uso não tem fins lucrativos.
- 2) Pela presente permissão de uso, conforme discriminado nas condições acima referidas, o Sr. (a) \_\_\_\_\_ não receberá valores em dinheiro ou qualquer tipo de contrapartida financeira
- 3) A presente autorização de uso abrange, exclusivamente, a concessão de uso da imagem para os fins aqui estabelecidos, pelo que qualquer outra forma de utilização e/ou reprodução, deverá ser previamente autorizada para tanto.

(Local/Data) \_\_\_\_\_

Assinatura do Sr.(a):

\_\_\_\_\_



Secretaria de Estado do  
Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Sustentável



#### AUTORIZAÇÃO Nº. 15/2014 – CEUC/SDS

O Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS), no âmbito de sua área de competência e considerando:

*A Lei Complementar Nº. 53, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (SEUC/AM);*

*O artigo 43 do Capítulo VI da Lei do SEUC/AM, que trata das pesquisas científicas em unidades de conservação.*

**AUTORIZA** a entrada e execução de pesquisa em Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a saber:

#### 1. UNIDADE(S) DE CONSERVAÇÃO CONTEMPLADA(S)

RDS RIO NEGRO

#### 2. ATIVIDADE/AÇÃO:

“Escolas Ribeirinhas do Amazonas.”

#### 3. VISITANTE/EXECUTOR (ES) AUTORIZADO (S):

| Nome                          | Formação / Função | Documento de identificação |
|-------------------------------|-------------------|----------------------------|
| Ana Luisa Funchal de Oliveira | Pesquisadora      | 383046978-46               |

#### 4. PERÍODO DE REALIZAÇÃO

07 de maio a 31 de agosto de 2014

#### 5. CONSIDERAÇÕES

- Uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) é uma área que abriga populações tradicionais, que vivem basicamente em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais. São objetivos básicos dessa área, preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para: a reprodução,

1

CENTRO ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO AMAZONAS

Av. Mário Ypiranga Monteiro (antiga Recife), 3280. Parque Dez, 69.050-030. Manaus/AM

Fone: (92) 3642-4607 / 3235-3070 – Fax: (92) 3642-4607

Web: <http://www.ceuc.sds.am.gov.br>

## ANEXO 6- Roteiro

